

Inserção comercial externa e dinâmica territorial no Brasil: especialização regressiva e desconcentração produtiva regional¹

Insertion in global trade markets and territorial dynamics in Brazil: regressive specialization and regional decentralization of production

*Fernando Cezar de Macedo²
José Micaelson Lacerda Morais³*

Resumo: A análise do setor externo permite compreender a conexão entre a estrutura das economias regionais de um país (em diferentes escalas) e a economia global e, ao mesmo tempo, como são definidas e redefinidas as relações econômicas intra e inter-regionais. O objetivo deste artigo é verificar os efeitos da maior internacionalização da estrutura produtiva no desempenho das economias regionais e urbanas no período pós-1990, com especial ênfase para o período pós-2002, quando a economia do Brasil voltou a crescer impulsionada pelo dinamismo do comércio mundial, particularmente influenciada pelo “efeito-China”. Os resultados mostram que o tipo de inserção comercial do país - com forte presença de recursos naturais e queda na participação da indústria de transformação - reforçou o processo de desconcentração produtiva regional ao acionar a base mineral e ao incorporar novas áreas da fronteira agropecuária à acumulação capitalista, especialmente nas regiões Norte, Centro-Oeste e cerrados do Nordeste.

Palavras-chave: inserção externa; estrutura produtiva; dinâmica territorial.

Abstract: The analysis of the external sector allows us to understand the connection between the regional productive structures of a country (on different scales) and the global economy. At the same time this also helps us understand how intra-and inter-regional economic relations are defined and redefined. The aim of this paper is to analyze the effects of increased internationalization of the productive structure in the performance of regional and urban economies after 1990, with particular emphasis on the period following 2002, when Brazil's economy began to grow again, driven by the dynamics of global trade, especially factoring in the influence of China. The results show that the type of commercial integration of the country – marked by the predominance of primary exports and a declining manufacturing industry - has strengthened the process of productive decentralization, through a greater exploitation of the mineral resource base and the incorporation of new areas of the agricultural frontier for capitalist accumulation, especially in Northern, Midwestern and Northeastern Brazil.

Key-words: external insertion; productive structure; territorial dynamics.

JEL: R11; R12.

Introdução

Os desafios dos estudos urbano-regionais, tanto teóricos quanto empíricos, ampliaram-se com as novas formas de exploração da diversidade territorial resultantes da transformação do regime de acumulação. Esta mudança implicou em novas regionalizações, tanto mundiais quanto internamente aos países, que podem

¹ Artigo recebido em abril de 2011 e aprovado em junho de 2011.

² Professor Livre Docente do Instituto de Economia da UNICAMP - Pesquisador do Centro de Estudos de Desenvolvimento Regional - CEDE - Líder do Grupo de Estudo sobre Transformações Econômicas Regionais e Dinâmica Territorial. E-mail: fernando.cezar.macedo@gmail.com

³ Possui graduação em Ciências Econômicas pela Universidade Regional do Cariri. Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal da Paraíba. Doutor em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pós-doutorando pelo IE-UNICAMP. Professor associado da Universidade Regional do Cariri (URCA). E-mail: micaelson_lacerda@yahoo.com.br

ser melhor visualizadas e compreendidas através de diferenciadas e imbricadas relações inter-escalares nas quais se dão as manifestações desta exploração. De forma específica, as transformações econômicas que ocorrem no espaço movimentam-se desigual e combinadamente num *continuous* geograficamente expansível e territorialmente transformador, redefinindo a articulação e recombinao os fluxos entre lugares, com visível rebatimento na geografia econômica internacional e na organização espacial⁴ dos países.

Da interconexão de processos econômicos, políticos, sociais e culturais, complementares e antagônicos, resultaram especificidades urbano-regionais com diferentes hierarquias e escalas que moldam e (des)integram territórios por meio de uma rede urbana cada vez mais mundializada e desigual. Além disso, esta rede é marcada por diferentes ritmos de urbanização e distintas temporalidades, decorrentes da velocidade de acumulação do capital transnacionalizado, que ora conecta ora desconecta cidades (e lugares) à lógica de seu movimento, organizando-as de acordo com seus interesses.

Esse processo de compressão tempo-espaço (HARVEY, 2004; 2005) acelerou-se nas últimas décadas do século XX, quando a reestruturação produtiva derivada das mudanças nos paradigmas tecnológico e de governança, especialmente dos *global players* e do poder público – em diferentes níveis –, imprimiu transformações que se manifestaram através do rearranjo socioespacial e conduziram a padrões díspares de desenvolvimento socioeconômico. A política econômica tornou-se, crescentemente, um instrumento fundamental para que o capital globalizado pudesse agir sem as amarras impostas pelas fricções espaciais⁵, garantindo-lhe uma *hipermobilidade* que não seria possível sem alguma padronização da gestão macroeconômica⁶ que, apesar das especificidades próprias a cada país, promoveu, no geral, a redução das barreiras que lhe dificultavam o movimento mundializado, garantindo-lhe o globo como plataforma de localização produtiva e financeira.

Com isso, o *outsourcing* das grandes empresas modificou significativamente as cadeias globais de valor⁷, que se tornaram muito diversificadas territorialmente, a partir de uma redefinição da divisão internacional do trabalho. Ao mesmo tempo, a entrada de novos atores em cena (como a China com seu acelerado processo de industrialização e de urbanização) ampliou a demanda por recursos naturais (agrícolas e minerais). Como resultado destes movimentos historicamente sincrônicos e articulados, observa-se um ritmo de crescimento do comércio exterior muito superior ao crescimento do produto mundial.

Em relação à dinâmica urbano-regional, o comércio exterior tornou-se um elemento fundamental para se entender a organização espacial neste período de maior interdependência internacional dos mercados. Conforme destacado por Macedo (2010) ao tratar o caso brasileiro, ele representa uma dimensão importante para a análise, pois a compreensão de seu movimento auxilia no entendimento das inter-relações que se estabelecem entre a estrutura das economias regionais de um país (em diferentes escalas) e a economia global. Ao mesmo tempo, o avanço do

⁴Trabalha-se aqui com a definição de organização espacial de Correa (1986).

⁵Neste caso, consideram-se por fricções espaciais tanto aquelas tradicionalmente tratadas pelos autores da ciência regional – especialmente a distância – quanto as barreiras derivadas das legislações específicas a cada país e das políticas discricionárias que impõem alguma restrição à mobilidade do capital.

⁶Harvey (2008) faz uma descrição das políticas econômicas praticadas nas últimas décadas em um conjunto de países selecionados que teriam a funcionalidade de garantir a livre circulação do capital.

⁷Sobre cadeias mercantis globais, consultar Lins (2007).

comércio exterior influencia as relações econômicas dentro e entre as regiões de um país, promovendo, concomitantemente, alterações no comércio interestadual. No entanto, ressalta-se, assim como fizera aquele autor, que essa dimensão não esgota a compreensão do desenvolvimento regional do Brasil, nem tampouco é o único elemento de natureza econômica a explicá-lo, assim como, também, não são apenas aspectos econômicos que o determinam. Afinal, a complexidade do processo de organização espacial exige análises em várias dimensões, de forma multidisciplinar e transescalar (BRANDÃO, 2007).

O presente artigo tem, portanto, como preocupação principal relacionar a dinâmica territorial brasileira à evolução e ao crescimento de sua corrente de comércio internacional. O objetivo é analisar, a partir das transformações assinaladas, o papel que o comércio exterior assumiu para a dinâmica urbano-regional do país, sobretudo, as novas frentes de acumulação sustentadas na expansão do agronegócio e no avanço da indústria extrativa localizadas nas regiões Norte, Centro-Oeste e cerrados do Nordeste. O crescimento dessas áreas específicas deu-se, nos últimos anos, a partir de verdadeiras articulações locais-globais, muitas vezes mais intensas do que as articulações desses espaços com o restante da economia brasileira, dando continuidade à desconcentração produtiva regional.

2. A inserção comercial externa da economia brasileira: usos e ocupações do território

A economia brasileira cresceu timidamente desde os últimos vinte anos do século passado. Na década de oitenta, a uma taxa média de 1,6% a.a.; na de noventa, a 2,5% a.a. No entanto, no período de 2002 a 2008⁸, o dinamismo da economia mundial, puxado especialmente pelo “efeito China”, gerou estímulos para maior inserção comercial externa brasileira, particularmente nas atividades produtoras de semi-elaborados e *commodities*, que possibilitaram-lhe crescer a taxas médias de 4,6% a.a.⁹. Nesse contexto, a continuidade da desconcentração produtiva regional apresentou-se não mais como reflexo do movimento sincrônico da integração do mercado nacional, como ocorrera entre 1970-1980¹⁰, ou derivado do avanço da guerra fiscal¹¹, como se observou a partir de 1994, mas também como resultado parcial, porém cada vez maior, da inserção externa do país.

A partir do uso contínuo e aprofundado do território, movimento que esteve atrelado ao crescimento da demanda internacional, surgiram novas frentes de acumulação nas áreas de fronteira ou nas cidades médias e pequenas, sustentadas principalmente na expansão do agronegócio e no avanço da indústria extrativa. Desde o início do século XXI, esses fatores fortaleceram o processo de desconcentração produtiva e demográfica, influenciando inclusive o padrão de

⁸A análise vai até 2008 porque os anos seguintes são marcados, internacionalmente, pelos efeitos da crise, exigindo mediações e novos elementos para a reflexão que não foram objeto deste artigo. Os dados deste parágrafo foram tirados de Macedo (2010).

⁹É imprescindível registrar que políticas atreladas ao mercado interno como a do aumento real do salário mínimo, a maior formalização do emprego e as novas modalidades de crédito ao consumidor também respondem pelo maior crescimento da economia brasileira nesta primeira década do século XXI.

¹⁰Sobre as características e a periodização da desconcentração produtiva regional no Brasil, ver Cano (2008).

¹¹Sobre a relação entre a guerra fiscal e a desconcentração produtiva no Brasil, ver Cardozo (2010).

migração, dando à organização espacial do país um caráter mais interiorizado, diretamente articulado ao padrão do comércio exterior do Brasil.

Portanto, o lento processo de desconcentração produtiva regional que se iniciou no final dos anos sessenta, com ritmos diferenciados desde então¹², foi afetado mais recentemente pelo desempenho exportador do país, cuja característica estrutural mais evidente e comentada é a maior especialização da pauta em mercadorias de baixa intensidade tecnológica e menor valor agregado. Isso representou queda na participação relativa dos produtos da indústria de transformação, negativamente impactada pelo câmbio sobrevalorizado e sujeita a um processo de desestruturação que tem dado azo, por um lado, a interpretações sobre uma possível desindustrialização e, por outro, um reforço à dependência estrutural de produtos primários e mínero-intensivos na formação do saldo comercial.

O tipo de inserção comercial do país – com forte presença de recursos naturais e queda na participação da indústria de transformação – reforçou o processo de desconcentração produtiva regional, ao incorporar novas áreas da fronteira agropecuária à acumulação capitalista, particularmente nas regiões Norte e Centro-Oeste, e ao acionar a base mineral que se encontra fora do estado de São Paulo, a maior economia do país. Com isso, áreas fora do *core* econômico tornam-se destinos prioritários para novos investimentos, sobretudo aqueles ligados à indústria agroalimentar e ao processamento mineral. Simultaneamente, observa-se crescimento das políticas de atração de investimento promovidas pelos governos subnacionais, acirrando a guerra fiscal, o que aportou para o Centro-Oeste e o Nordeste brasileiro indústrias de transformação, muitas delas fortemente direcionadas à exportação – como a calçadista no Ceará, a automobilística na Bahia e a alimentar em Goiás. Dessa forma, houve ampliação da articulação local-global dessas áreas e um estímulo à continuidade da desconcentração produtiva.

No entanto, apesar do esforço explícito de maior integração da economia brasileira à internacional a partir da década de 1990, o crescimento da participação do país na corrente de comércio mundial ocorreu com maior vigor no início do século XXI como resultado direto do movimento da economia mundial, basicamente em decorrência do crescimento chinês. Isso pode ser observado através dos números: as exportações brasileiras que participavam com 0,9% do total exportado no comércio mundial, em 1990, passaram para 1,0%, em 1994, mesma participação em 2000 e para 1,3%, em 2008. As importações para os mesmos anos foram de, respectivamente, 0,6%, 0,8%, 0,9% e 1,1% do total mundial¹³.

Não obstante, o aprofundamento da inserção comercial do Brasil se deu de forma bastante subordinada, visto que as atividades que apresentaram maior crescimento no comércio externo foram aquelas cuja participação na estrutura do comércio internacional indicam perspectivas de menor dinamismo a médio e longo prazos. A perda de participação dos produtos manufaturados e o aumento do peso dos produtos básicos na pauta de exportação brasileira e a crescente dependência por importações de produtos mais elaborados tecnologicamente revelam cristalinamente os efeitos de sua especialização no comércio internacional em produtos e atividades que apresentam vantagens tipicamente ricardianas.

O esforço da política econômica na orientação da organização espacial, por sua vez, tem sido no sentido de priorizar essas atividades, tornando o território nacional um espaço da economia internacional, cujo ordenamento depende cada vez menos de

¹²Sobre a evolução da desconcentração produtiva regional no Brasil pós-1990, ver Cano (2008).

¹³Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Disponível em: <www.mdic.gov.br>.

centros internos de decisão, reduzindo, muitas vezes, a política regional ao problema de dinamização das exportações. Da mesma forma, apenas as atividades cujas vantagens competitivas são mais expressivas – agronegócio e indústria extrativa, que estão em larga medida fora do núcleo industrial brasileiro – conseguem superar os limites da política cambial e ampliar suas exportações.

Com isso, a inserção comercial externa tem sido muito impactante na organização territorial, por algumas razões: (1) estímulo à continuidade da itinerância da agricultura, em direção ao norte de Mato Grosso, região Norte e cerrados nordestinos; (2) transbordamento dos efeitos espaciais do crescimento da indústria extrativa, como a observada no sudeste do Pará; (3) crescimento generalizado do terciário, que acompanha a urbanização extensiva no rastro dessas duas atividades (ver seção 4); (4) realocização de empresas que, buscando atingir o mercado externo, se direcionaram para regiões fora do *core* industrial do país, especialmente movidas pelos incentivos fiscais de estados nordestinos e centroestinos; (5) aumento dos incentivos à importação concedidos por vários estados brasileiros que, ao ampliarem a guerra fiscal, contribuem para a desindustrialização recente do país, com efeitos espaciais importantes.

Não obstante a dupla especialização regressiva – da pauta exportadora e da estrutura produtiva –, o fato é que a maior internacionalização da economia brasileira¹⁴, expressa nos maiores coeficientes de exportação e importação de todas as regiões e unidades federativas, portanto, em seu maior grau de abertura, tem gerado impactos importantes sobre a organização do território brasileiro através das especializações das economias estaduais e regionais.

Observa-se na TABELA 1 que o Índice Hirschman-Herfindahl¹⁵ - IHH, segundo atividades CNAE 1.0, aumentou no Brasil pós-2002, indicando aumento recente na concentração da pauta exportadora, ainda que o IHH, em 2008, fosse menor que em 1989 e 1994. Mesmo que o comportamento regional em relação ao índice não seja uniforme, um ponto parece convergir: o Brasil, tomado agregadamente, apresenta uma pauta de exportação mais diversificada (ou menos concentrada) do que a das regiões e estas, mais desconcentradas do que os estados que as compõem, o que é um resultado esperado, dado que as especializações são maiores, em geral, quanto menor a escala. Isso indica que, apesar da desconcentração produtiva que diversificou a estrutura produtiva das áreas beneficiadas, mantém-se no país uma forte especialização produtiva regional, que se evidencia numa igualmente significativa especialização das pautas exportadoras dos estados, indicando uma divisão territorial do trabalho que se manifesta tanto nacionalmente quanto intra-regionalmente.

¹⁴Internacionalização que se caracteriza, também, pelo aumento dos investimentos diretos de empresas brasileiras no exterior.

¹⁵Para medidas de concentração/diversificação dos mercados de destino e da estrutura de exportação, utilizou-se o tradicional Índice Hirschman-Herfindahl (IHH), muito comum para esse tipo de análise. Valores abaixo de 0,0100 indicam desconcentração; > 0,0100 e < 0,1000, baixa concentração; > 0,1000 e < 0,1800, concentração moderada; > 0,1800, alta concentração. Sobre as limitações das medidas de concentração e especialização regional, consultar Delgado e Godinho (2005).

Tabela 1 – Brasil e regiões: índice de Hirschman-Herfindahl para a concentração da pauta de exportação, segundo atividades CNAE 1.0

BRASIL E REGIÕES	1989	1994	2002	2008
Norte	0.2552	0.2250	0.1661	0.2545
Nordeste	0.1955	0.1734	0.1296	0.1076
Sudeste	0.1040	0.0922	0.0775	0.0810
Sul	0.1729	0.1490	0.1379	0.1566
Centro-Oeste	0.3674	0.3935	0.3564	0.3508
Brasil	0.0970	0.0884	0.0809	0.0839

FONTE: SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Em relação à geografia internacional¹⁶, a maior inserção comercial externa do país deu-se com uma maior diversificação dos países de destino, fato que se observa para todas as regiões. Uma primeira observação importante em relação à geografia do comércio exterior brasileiro é a de que a maior diversificação por destino da pauta exportadora significou queda da participação relativa do NAFTA, a partir de 2002, e dos quinze países da União Européia (UE dos 15). Esses dois blocos respondiam por 60,4% das vendas externas do país, em 1989, e caíram para 39,7%, em 2008. À exceção dos demais países da UE (UE demais países), os demais blocos ampliaram suas participações, com particular destaque para o MERCOSUL, que dobrou seu peso de 5,5%, em 2002, para 11,0%, em 2008, e para o agregado Resto do Mundo, que passou de 15,8%, em 1989, para 23,6%, em 2008. Da mesma forma, o perfil regional das importações também mudou, seguindo o mapa da geografia econômica, que se delineou desde o final do século passado, com aumento da participação dos países do ASEAN+3¹⁷, que se tornaram, a partir de 2002, os principais fornecedores do Brasil, especialmente de bens intermediários, atingindo 22,4% das importações do país em 2008, ante 8,0% em 1989. O crescimento do ASEAN+3 se deu com redução relativa na participação do NAFTA, MERCOSUL e UE dos demais países.

Nessa nova geografia econômica com maior interdependência dos mercados, o continente asiático, especialmente seu Sudeste, assumiu papel que, entre os países subdesenvolvidos nas décadas imediatas ao pós II Guerra, coube à América Latina em relação à direção dos IDEs, tornando-se no final do século passado a principal área-receptáculo dos investimentos industriais. Esses recursos produtivos se realocalizaram para fora da tríade, no bojo da reestruturação do capitalismo nos últimos trinta anos, aumentando a participação continente asiático na corrente de comércio mundial.

Em relação ao Brasil, todas as regiões aumentaram as relações comerciais com o ASEAN+3. No entanto, o aprofundamento destas foi acompanhado por uma deterioração crescente do saldo brasileiro com este bloco: desde 1989, este saldo cai progressivamente, saindo de uma situação superavitária de US\$ 3,1 bilhões naquele ano para US\$ 1,1 bilhão em 1994; US\$ 639 milhões em 2002 e, finalmente, apresentando déficit de US\$ 6,6 bilhões em 2008. Para a indústria de transformação,

¹⁶Os dados de comércio exterior desta seção e da seguinte foram tirados de Macedo (2010) cuja fonte original é a base de informações da SECEX/MDIC. Ressalta-se que as informações da SECEX/MDIC estão classificadas por mercadoria, segundo a Nomenclatura Comum do Mercosul – NCM. Para classificá-los por atividade econômica da CNAE (Classificação Nacional da Atividade Econômica) foi utilizado um tradutor disponível em <www.ibge.gov.br/concla>, adaptado pelo autor.

¹⁷Estão incluídos no ASEAN+3, China, Coréia do Sul e Japão. Na UE dos 15 estão Alemanha, Áustria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, Finlândia, França, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Países Baixos, Portugal, Reino Unido e Suécia. Na UE-demaís países, encontram-se os outros membros da UE.

essa situação é ainda mais dramática: de um superávit de US\$ 2,0 bilhões em 1989, o Brasil atinge um déficit de US\$ 24,3 bilhões em 2008 (US\$ 17,9 milhões em 1994; e US\$ 1,9 bilhão em 2002), numa clara especialização regressiva. Em contraposição, a Agropecuária e a Indústria Extrativa ampliaram seus saldos com o ASEAN+3 passando, a primeira, de US\$ 1,3 bilhão em 2002 para US\$ 6,8 bilhões em 2008; a segunda passou, em igual período, de US\$ 1,2 bilhão para US\$ 10,9 bilhões, valor que contribuiu para reduzir relativamente os resultados negativos da indústria de transformação.

Tal constatação reforça a ideia de que a inserção maior de sua economia no comércio internacional, dada a especialização em atividades intensivas em recursos naturais, ainda que insuficiente para gerar um ciclo sustentado de crescimento, foi importante para as economias Norte e Centro-Oeste. Ela permitiu que essas regiões se beneficiassem do crescimento da economia mundial, principalmente após 2002. Os itens seguintes apresentam como objetivo, a partir do desempenho exportador das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste (3), identificar as principais mudanças na dinâmica das economias regionais e seus rebatimentos sobre a organização territorial (4), associando-as às transformações em suas estruturas produtivas, no que tange ao desempenho exportador da agropecuária e da indústria extrativa mineral.

3. Desempenho exportador das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste

O objetivo deste tópico é descrever as principais características do comércio exterior, sobretudo, das exportações das três regiões em destaque; todas apresentaram a partir da década de noventa aumento em seus coeficientes de exportação e importação, e por consequência, em seus graus de abertura, indicando uma maior integração de suas estruturas produtivas ao mercado internacional.

3.1. Região Norte

As transformações na região Norte do país foram historicamente marcadas pela ação direta e indireta do Estado, determinadas tanto por questões geopolíticas quanto pelo interesse da exploração de recursos naturais. A partir do final da década de sessenta e início da seguinte, principalmente, a intervenção pública direcionou investimentos para montagem da infraestrutura (sobretudo estradas de rodagem); para a colonização, em especial a de Rondônia; para alavancagem da industrialização (Zona Franca de Manaus); e para constituição do complexo mineiro-metalúrgico de Carajás. Investimentos que foram decisivos para a integração desse espaço econômico às dinâmicas do mercado nacional e internacional.

Como decorrência houve uma segmentação da economia regional em três eixos dinâmicos (BUARQUE, LOPES e ROSA, 1995), que ocupam áreas distintas do Norte, cada uma com articulações específicas, seja com o mercado nacional, seja com o mercado internacional, seja com ambos simultaneamente. A Zona Franca de Manaus (ZFM), atual Pólo Industrial de Manaus (PIM), na área mais central, manteria forte articulação com o mercado nacional, porém, após a implementação do Plano Real, ampliou sua internacionalização. Uma segunda área, na parte mais ocidental, especificamente em Rondônia, estabelece ligações mais fortes com os mercados regional e nacional, conforme destacaram Buarque, Lopes e Rosa (1995), mas que, no

início do século XXI, também amplia sua conexão externa, a partir da expansão da soja, alargando sua histórica articulação com o Centro-Oeste. Por fim, a região com maior diversificação, na parte mais oriental, localizada no sudeste do Pará, apresenta dinamismo ligado tanto ao desenvolvimento da agropecuária de exportação, puxada pelo binômio soja-pecuária, articulada à expansão do agronegócio do Centro-Oeste, quanto, principalmente, pelo avanço dos investimentos do complexo minero-metalúrgico, cujas logísticas subjacentes têm causado importante (re)estruturação do território, articulando-o mais fortemente à economia maranhense e, sobretudo, à internacional.

A base produtiva regional foi movimentada de forma significativa no ciclo recente de expansão da economia brasileira, aumentando-lhe a articulação externa, razão pela qual a região Norte, em 2004, era a que apresentava o segundo maior grau de abertura, inferior apenas ao da região Sul. No agregado Brasil, o peso da região no total das exportações passou de 4,6% em 1989 para 6,6% em 2008 [4,8% (1994) e 5,7% (2002)]. Essa maior integração externa deve-se: (i) a base de recursos naturais que foi acionada sistematicamente por grandes mineradoras que utilizam seu território como plataforma de extração e exportação, sobretudo de minerais não ferrosos; (ii) ao avanço da fronteira agropecuária, especialmente da cultura da soja; (iii) ao papel do Polo Industrial de Manaus (PIM), que confere à região uma peculiar condição de importadora, dadas as compras externas de sua indústria de transformação, cuja produção direciona-se prioritariamente ao mercado interno, mas que, recentemente, tem aumentado as vendas externas.

Dois ramos de atividades constituíam mais de 2/3 das exportações regionais em 2008: *Extração de Minerais Metálicos* (41,2%) e *Metalurgia básica* (26,4%). *Fabricação de material eletrônico e equipamento de comunicações*, apesar da baixa participação, em 1989, e 1994, chegou a representar 20,4% da pauta regional, em 2002, embora no ano de 2008 esse valor fosse de 4,3% - queda resultante das dificuldades cambiais. Duas atividades com participações próximas na pauta de exportações em 2008 registraram desempenhos distintos desde 2002: *Agropecuária*, que mais que triplicou seu peso nas exportações totais da região entre aquele ano (2,0% do total exportado) e 2008 (6,9%), e *Fabricações de produtos de madeira*, cujo peso se reduziu quase a metade passando de 11,9% (2002) para 6,2% (2008), com nítido efeito estatístico, pois, em valor, suas vendas ampliaram em mais de 5 vezes em comparação a 1989, razão pela qual a região detinha ainda, em 2008, quase 30% das exportações do país nessa atividade, para a qual apresenta evidente vantagem comparativa natural.

Também a *Agricultura, pecuária e serviços relacionados* aumentou de forma significativa a participação nas exportações do agregado Brasil, passando de 1,2% em 2002 para 4,2% em 2008 [1,5% (1989) e 1,3% (1994)]. Sendo área de fronteira, o crescimento da agropecuária da região tem se caracterizado pela maior incorporação da base produtiva ao mercado internacional, o que pode ser observado pelo incremento da participação da soja cujo valor de exportação, em 2002, era de US\$ 14,5 milhões – ou 21,0% do total da Agropecuária da região – e passa para US\$ 417,8 milhões em 2008 ou cerca de 48,0% do total do setor. Esse crescimento possibilitou o aumento da participação da região Norte no total das exportações brasileiras dessa oleaginosa, passando de 0,3%, em 2002, para 2,3%, em 2008.

Inicialmente muito concentrada no estado do Tocantins, que representava 72,1% do total regional produzido em 2002, ante 62,5% em 2008, essa cultura de exportação avança tanto no sudeste do Pará quanto na parte mais ao norte desse estado, na mesorregião Baixo Amazonas. Em Rondônia, segundo principal produtor,

com 21,8% do total regional em 2008, a produção concentra-se no Leste Rondoniense, embora já alcance a mesorregião Madeira-Guaporé. Em toda região a cultura aumentou em 4,2 vezes a quantidade produzida entre 2002 e 2008 e em 3,6 a área plantada. Outra mercadoria de exportação importante é animais vivos (pecuária de reprodução), praticamente toda originada no estado do Pará. Seu valor de exportação, em 2008, foi de US\$ 363,3 milhões (41,6% do total da pauta regional da agropecuária), o que torna o Norte o maior exportador, com 93,2% do total nacional, cujo principal mercado de destino foi à Venezuela, que importou o equivalente a 81,8%, seguida pelo Líbano (18,2%).

Em relação à indústria, a principal característica é a grande predominância das atividades intensivas em recursos naturais, diretamente influenciadas pelo excepcional desempenho da extrativa e pelo crescimento da agroindústria alimentar. A indústria *Extrativa* representa a principal atividade exportadora da região, com expressivo crescimento, em valor e quantidade exportada, a partir de 2002, quando sai de 24,0% do total da pauta exportadora do Norte para 41,2%, em 2008. Em 2008, a participação desta região na extrativa brasileira era de 17,3%; excluída a atividade de petróleo, esse número atinge quase 30,0%. Nas atividades *Extração de Minerais Metálicos* e *Extração de Minerais não Metálicos*, a participação regional no agregado Brasil representava, respectivamente, 28,8% e 45,8% das vendas externas do país nesta atividade.

Destaca-se a elevada participação da indústria *diferenciada*, que atingiu 21,4% do total das exportações industriais, em 2002, resultado direto do crescimento relativo (e absoluto) das vendas externas do subsetor eletroeletrônico¹⁸, apesar da queda relativa (e absoluta) que apresenta em 2008, quando sua participação declina para 4,7%, ano em que o montante exportado, em valor, foi cerca de 20% menor que no ano de 2002.

As especificidades do Pólo Industrial de Manaus, que apresenta importantes empresas globais do segmento, como Nokia, Samsung e LG, que eram as maiores importadoras do estado do Amazonas em 2008, conferem a elas a possibilidade de conjugar as vendas para o mercado interno ou para o externo de acordo com a conjuntura macroeconômica e as condições cambiais.

Até 1998, as vendas para o mercado externo representavam menos de 1% do faturamento das empresas do subsetor de eletrônicos. Em contrapartida, a aquisição de insumos externos, que era 14,8% em 1988, aumenta para 55,6% dez anos depois. Mesmo com a desvalorização cambial em 1999, o fornecimento externo amplia-se naquele ano para 64,0%, caindo lentamente até 2005 (61,0%) e voltando a crescer com a valorização cambial subsequente até atingir 72,5% em 2008. Crescem as importações da mesma forma que, a partir de 1999, cresce o peso do mercado externo no faturamento. Este, de inexpressivo – era US\$ 21 milhões em 1994 –, passa para US\$ 767 milhões, em 2002, e US\$ 1,5 bilhão em 2005, caindo para US\$ 594 milhões em 2008, num indicativo de que as grandes empresas do segmento, dada a sua condição de *global players*, portanto grandes importadoras e exportadoras simultaneamente¹⁹, podem muito rapidamente adaptar suas estratégias de acordo com a conjuntura macroeconômica e as condições cambiais vigentes. O mercado externo passou a ter maior importância para o segmento, cujo faturamento, em 2005, foi 13,8% realizado nas operações com o exterior, caindo para 3,6% em 2008, reflexo

¹⁸A análise do subsetor eletrônico está baseada nos dados da SUFRAMA, inclusive os de comércio exterior.

¹⁹A NOKIA, por exemplo, em 2008, importou US\$ 643 milhões (maior importadora regional) e exportou US\$ 235 milhões (quarta maior exportadora da região). Fonte: SECEX/MDIC.

da valorização cambial. Em 2008, a atividade de *Fabricação de material eletrônico e equipamentos de comunicações* apresentou déficit na balança comercial da região em US\$ 3,7 bilhões, ante -US\$ 462 milhões em 1989; -US\$ 1 bilhão em 1994 e -US\$ 742 milhões, em 2002.

3.2. Região Nordeste

Área de antiga ocupação, a principal característica do período pós-1990 da economia nordestina é o crescimento de sua heterogeneidade, diversidade e complexidade, conforme destacou Araújo (1995 e 2000), com maior diferenciação do espaço intrarregional, marcado pela presença de pontos de grande dinamismo, normalmente ligados ao mercado externo, convivendo com outras áreas estagnadas ou de baixo dinamismo. As áreas com maior dinamismo são aquelas que se beneficiariam, de alguma maneira: (i) das ações de importantes grupos, como a Ford, Petrobrás, Alcoa, Alumar e Vale do Rio Doce, cujas estratégias empresariais impactam a estruturação espacial de suas áreas de localização; (ii) dos mecanismos de atração de investimento estimulados pela guerra fiscal, que foram acionados na região e atraíram investimentos privados, como no setor de couros e calçados e o de confecções do Ceará; (iii) do avanço da moderna agropecuária de exportação integrada à produção do Centro-Oeste, com presença de importantes empresas do agronegócio na área oeste da Bahia, sudeste do Piauí e sul do Maranhão, e da fruticultura irrigada em Petrolina(PE)/Juazeiro(BA), Limoeiro (CE) e no Vale do Açu/Mossoró (RN); (iv) do crescimento do turismo litorâneo, que promoveu forte expansão do capital imobiliário-financeiro, com decisiva influência na estruturação dos espaços intra-urbanos.

Ainda que seus pontos dinâmicos estejam atrelados ao mercado externo, das três regiões para as quais há esforço mais sistemático e permanente de políticas regionais financiadas com fundos públicos, a região Nordeste foi a única que não aumentou a participação relativa no total das exportações do país, mesmo aumentando seu peso no PIB brasileiro, segundo dados das Contas Regionais/IBGE, e que suas exportações e importações tenham crescido em valores e volume a taxas elevadas. Em 1989, o Nordeste representava 8,4% das exportações brasileiras; em 1994, era 8,0%; em 2002, 7,7% e 7,8% em 2008. As importações, ao contrário, ampliaram seu peso, que era, naqueles anos, respectivamente, 7,1%; 7,4%, 9,8% e 9,1%. O aumento mais que proporcional das importações reverteu a situação superavitária com o exterior, fazendo com que de 1996 até 2001, a região apresentasse déficit, só revertido entre 2002-2007. Em 2008, o mau desempenho – que em seu caso antecede a crise internacional – fez reaparecer o déficit, sendo a única nesta situação naquele ano, apesar da queda acentuada no saldo comercial da região Sul. O déficit registrado durante os seis anos mencionados foi particularmente ruim para a região, pois esta se apresenta, tradicionalmente, com saldos negativos em suas operações no mercado interno em relação ao Sudeste, dependendo, assim, de fundos públicos e outros recursos para financiar sua balança comercial total negativa, já que a mesma não pôde ser compensada com os saldos positivos com o exterior.

Nos anos analisados, observa-se crescimento na importância do estado da Bahia nas exportações nordestinas, refletindo sua maior e mais diversificada estrutura produtiva. Destaca-se o avanço do agronegócio, basicamente da soja e do algodão, na área que vai de sua mesorregião de Barreiras, a oeste do estado, até o sul do Maranhão, e as vendas externas da automobilística. O estado baiano, após declinar sua participação relativa no total das exportações regionais de 53,2% (1989)

para 49,1% em 1994, a amplia para 51,8%, em 2002, e para 56,3% em 2008. Entre 2002 e 2008, apesar do incremento das exportações nordestinas, em *quantum* e em valor, apenas Bahia e Maranhão, ambos com + 0,4%, ampliaram sua participação no agregado Brasil; todos os demais reduziram suas participações.

Considerando a estrutura das exportações segundo tipo de tecnologia, a indústria no Nordeste tem predominância de atividades baseadas em recursos naturais. No entanto, chama a atenção o fato de ser esta região, comparativamente às demais, juntamente com o Centro-Oeste, a que apresentou a partir de 1994, crescimento na participação relativa das atividades industriais intensivas em trabalho no total de suas exportações. Vale lembrar que a política de atração de investimentos na região deu-se principalmente nesse tipo de atividade, o que explica esse crescimento relativo. Conforme já destacado, o deslocamento para o Nordeste de atividades intensivas em trabalho, que se beneficiaram da guerra fiscal, contrabalançou na região os efeitos negativos da reestruturação produtiva nesse segmento, que provocou perdas de postos de trabalhos também em função da concorrência externa, muito maior em outras regiões, particularmente no Sudeste e no Sul. Nessas, a participação das atividades intensivas em trabalho foi drasticamente reduzida da pauta de exportação, inclusive porque importantes empresas se deslocaram para as outras duas regiões (Nordeste e Centro-Oeste), aumentando-lhes a participação tanto na estrutura produtiva nacional quanto nas exportações.

3.3. Região Centro-Oeste

A região Centro-Oeste é a que melhor sintetiza o esforço de inserção comercial do país e a forma acelerada como as modernas atividades comandadas por grandes empresas globais modificaram o território. Isto é, adaptando-a a suas necessidades de acumulação, redefinindo, assim, sua inserção na geografia econômica (interna e externa), pela substituição de antigas atividades baseadas em subsistência e na economia natural, por modernas produções do agronegócio internacionalizado. Com isso, promoveu-se completa redefinição do uso e ocupação do solo (rural e urbano) e, por consequência, reorientação de sua organização espacial.

Nas exportações brasileiras, o Centro-Oeste passou de 2,0% do total, em 1989, para 7,2% em 2008 [2,6% (1994) e 4,7% (2002)], sendo que todas as suas UFs ampliaram participação no total do país. Fato similar ocorre com as importações, cuja presença no total brasileiro passou de 1,0% (1989) para 5,3% (2008); [1,1% (1994) e 3,2% (2002)].

Observando o Centro-Oeste, no início do século XXI, poder-se-ia ter a impressão de que a iniciativa privada, através da lógica corporativa dos grandes grupos, foi o principal vetor responsável por sua reordenação territorial, notadamente a partir do modelo neoliberal pós-1990, permitindo-lhe a eficiente integração competitiva ao mercado global. No entanto, foi o setor público que, através dos programas de colonização, das políticas federais (e também estaduais) de atração de investimentos e do crédito rural instituído em 1965, constituiu as condições objetivas para que os grandes grupos privados passassem a operar na região, redefinindo-lhe as articulações com os mercados interno e externo. Tal processo se dá a partir da implantação de modernos e avançados complexos agroindustriais e de sua eficiente, em termos econômicos, tecnificação agropecuária, não obstante a continuidade (e avanço) de seu caráter extensivo, conforme destacou Macedo (2010).

A sua crescente participação nas exportações brasileiras tem contribuído para o crescimento do saldo comercial no período pós-2002, graças ao excepcional desempenho de sua agropecuária e agroindústria alimentar, que totalizaram, em 2008, US\$ 11,5 bilhões ante US\$ 2,3 bilhões em 2002 [US\$ 92 milhões (1989) e US\$ 137 milhões (1994)]. Nos quatro anos aqui analisados, a participação conjunta desses dois segmentos na pauta regional sempre oscilou entre 83% e 85%.

Apesar do superávit, observa-se, no entanto, que a relativa diversificação recente de sua estrutura produtiva, sustentada principalmente por políticas de atração de investimentos que acirraram a guerra fiscal, não foi suficiente para atender o aumento da demanda interssetorial derivada da maior internacionalização de seu aparelho produtivo. Ou seja, apesar do avanço da industrialização, indicado pelo aumento de sua participação na indústria de transformação do país, que passou de 2,2%, em 1996, para 3,5%, em 2007, a região apresentou, nessa seção de atividade, crescente déficit comercial, sendo que parte importante das demandas industriais foi atendida por importações ou pelos mercados extrarregionais, especialmente a economia paulista.

Em 2008, observa-se que as exportações do Centro-Oeste estão concentradas em duas atividades: *Agricultura, pecuária e serviços relacionados*; e *Fabricação de produtos alimentares e bebidas*. Dentro delas, há predominância de poucas seções de atividades e, no caso da agropecuária, dois produtos praticamente monopolizam sua pauta: soja e milho, cujas culturas, especialmente da primeira, têm sido responsáveis pelas principais transformações em sua organização espacial.

A combinação de baixo valor agregado, elevados volumes de produção e grande distância das áreas produtoras até as vias de escoamento para o exterior e maiores centros urbanos do país, aliada à itinerância da agricultura, exige verdadeiras adaptações espaciais para promover as exportações da região, cujos principais portos de saída de suas *commodities* são Santos (SP), Vitória (ES), Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC), Manaus (AM) e, mais recentemente, Santarém (PA).

Importa destacar que soja em grãos respondeu por 97,3% do total das exportações do agro regional, em 2002, e por 87,1% em 2008; nesses mesmos anos, a participação da cultura do milho foi de, respectivamente, 1,4% e 12,3%. Fica evidente que foi a expansão excepcional da cultura da soja que explicou a participação crescente do Centro-Oeste no total das exportações brasileiras na divisão de atividade *Agricultura, pecuária e serviços relacionados*, que passou de 9,5%, em 1989, para 29,2%, em 2008; [7,6% (1994) e 20,9% (2002)].

4. Efeitos da inserção comercial externa sobre a dinâmica territorial do país

A natureza continental do país abre, continuamente, oportunidades de valorização do capital, seja pelo avanço da fronteira agropecuária e mineral, seja pela desconcentração da atividade industrial, que ganha espaço pós-1994 pelo uso generalizado dos instrumentos da guerra fiscal. Com um sistema urbano ao mesmo tempo disperso e concentrado e um vasto território para ser apropriado financeiramente, a realocação das atividades produtivas e a maior internacionalização das estruturas produtivas regionais abriram novas frentes de acumulação, que têm contribuído para mudanças em sua organização espacial.

A base exportadora do país confirma essa afirmativa quando se observa que foram os municípios menores e médios e as áreas não metropolitanas as que aumentaram, entre 2003 e 2008, suas participações no montante das exportações (em US\$), segundo domicílio fiscal do exportador, sugerindo que o esforço exportador tenha beneficiado municípios mais interiorizados e não metropolitanos e o que confirmaria a continuidade da desconcentração produtiva em direção a eles (TABELA 2). Isto torna a organização territorial do Brasil muito mais complexa e dependente do movimento da economia internacional, dado o tipo de inserção da externa de sua economia – especializada e regressiva.

Tabela 2 - Distribuição das exportações brasileiras por tamanho do município de localização da sede fiscal da empresa (em %)

Tamanho do Município	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Até 5mil hab.	0.5	0.5	0.4	0.4	0.9	1.0
>5 mil até 10 mil hab.	0.8	0.9	0.9	1.0	0.9	1.1
>10 mil até 20 mil hab.	3.7	4.0	4.2	4.0	4.3	4.8
>20 mil até 50 mil hab.	12.0	11.7	12.1	12.1	11.9	12.0
>50 mil até 100 mil hab.	14.4	14.3	14.8	15.2	15.8	15.7
>100 mil até 250 mil hab.	23.0	22.2	21.5	21.1	26.9	27.5
>250 mil até 500 mil hab.	16.2	16.0	17.0	17.0	16.3	15.1
>500 mil até 1 milhão hab.	12.4	13.2	14.6	15.5	11.4	10.9
acima de 1 milhão hab.	17.0	17.2	14.6	13.5	11.6	12.1
Total	100	100	100	100	100	100

FONTE: IPEADATA/SECEX/MDIC. Elaboração própria.

Essa distensão - produtiva e demográfica - sobre o território, do ponto de vista econômico, teve (e continua tendo) relação direta, no período pós-1990 e neste início de século XXI, com o tipo de inserção externa do país, que reforçou e reatualizou uma característica histórica de sua dinâmica urbano-regional: ser simultaneamente concentrada – dada a força e grandeza das metrópoles que continuam a concentrar parcela significativa do produto, da renda e da população (e também da pobreza urbana) – e dispersa, visto que o avanço contínuo da fronteira interna pela incorporação de novas áreas (agrícolas e minerais) aumenta a ocupação do território.

Com isso, a urbanização aprofunda-se, gerando em áreas mais interiorizadas fluxos de investimento, capital, renda, emprego, serviços e pessoas que tornam a rede urbana do país muito mais adensada e complexa, dadas as relações crescentes entre essas novas áreas e as de antiga ocupação (metropolitanas e não metropolitanas), e delas com o exterior, modificando a dinâmica territorial brasileira. Um exemplo disso é o papel que assumem cidades de menor porte, que passam a exercer alguma centralidade sobre seus entornos, a partir de serviços que emergem no rasto dessa urbanização dispersa que acompanha a desconcentração produtiva regional no país e que, por sua vez, segue o uso extensivo (e intensivo) do território, reatualizando e sendo reatualizado pelo papel do país na divisão internacional do trabalho, dando continuidade à desconcentração produtiva regional.

O aspecto importante decorre dos efeitos da referida especialização em *commodities* sobre a rede urbana brasileira, reforçando o movimento já identificado por diversos pesquisadores, de crescimento (populacional e econômico) das cidades médias acima das regiões metropolitanas que, a despeito dessa desconcentração, continuam exercendo poder de comando decisivo em suas áreas de influência. Esse

processo encontra-se ligado a diversos fatores, cabendo destacar, para os propósitos deste artigo, o crescimento das exportações agrícolas e minerais, que apresentam em sua base produtiva caráter mais interiorizado e não metropolitano, atraindo para municípios médios e menores fora das regiões Sul e Sudeste, agroindústrias que demandam, igualmente, investimentos em transportes e armazenagens necessários à acumulação desses capitais com localização mais interiorizada.

No caso da indústria de transformação, a redistribuição do emprego formal deu-se em favor das cidades médias (entre 100 e 500 mil habitantes) e fora das principais metrópoles do país, resultado das políticas estaduais de atração de investimentos, estimuladas tanto pela guerra fiscal que se generalizou pós-1994, quanto pelo crescimento das exportações de *commodities*, com produção notadamente mais desconcentrada²⁰ (TABELA 3). Evidentemente que se exige muita cautela neste ponto, posto que o aumento do emprego formal, especialmente após 2002, deu-se não apenas em virtude do crescimento do produto, como também do esforço de formalização por parte das delegacias do trabalho, o que pode ter impactado as cidades de maneira desigual, dependendo do grau de informalização em cada uma delas.

Tabela 3 – Brasil: distribuição do emprego formal na indústria de transformação, por tamanho de município (em %)

TAMANHO DE MUNICÍPIOS	1989	1994	2002	2008
Até 20 mil	6.8	8.3	11.3	10.9
>20 mil e < 50 mil	11.0	12.1	14.1	14.1
>50 mil e <100 mil	13.3	14.6	14.8	13.5
>100 mil e <250 mil	16.3	16.6	17.0	18.3
>250 mil e <500 mil	12.4	12.9	13.1	14.5
>500 mil e <1 milhão	10.7	9.5	8.7	8.6
acima de 1 milhão	29.4	26.0	20.9	20.0
Total	100	100	100	100

FONTE: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Em matéria de serviços, a cautela torna-se ainda maior, dada a notória informalização que marca o terciário dos países subdesenvolvidos. No entanto, com os cuidados que o alerta desperta, observa-se que a estrutura do terciário formal, a partir de 2002, tomada segundo porte de município (TABELA 4), indica um movimento relativo importante na estrutura do emprego formal segundo atividades econômicas (TABELA 5), quando o crescimento das exportações impulsionou as economias não metropolitanas e fora dos grandes centros urbanos que tiveram suas bases produtivas acionadas.

²⁰É importante ressaltar, também, que tanto os benefícios da CF de 1988 quanto os programas de renda mínima têm impacto maior nos municípios menores.

Tabela 4 - Emprego formal: estrutura dos serviços²¹, segundo tamanho dos municípios

Tamanho do município	2002				2008				2008-2002			
	SD	SE	SS	SP	SD	SE	SS	SP	SD	SE	SS	SP
Até 5 mil hab.	14.4	7.0	76.5	2.1	18.3	3.3	75.8	2.6	3.8	-3.7	-0.7	0.5
>5 mil até 10 mil hab.	21.1	8.2	67.4	3.2	24.3	5.3	66.9	3.5	3.2	-2.9	-0.5	0.3
>10 mil até 20 mil hab.	24.6	12.6	59.3	3.5	28.5	6.5	61.0	4.1	3.8	-6.1	1.6	0.6
>20 mil até 50 mil hab.	31.3	12.4	51.2	5.1	35.6	8.8	49.6	5.9	4.3	-3.6	-1.6	0.8
>50 mil até 100 mil hab.	38.1	16.2	39.8	6.0	42.1	11.1	40.4	6.4	4.1	-5.0	0.6	0.4
>100 mil até 250 mil hab.	38.0	21.1	34.5	6.4	42.0	16.8	34.6	6.7	4.0	-4.4	0.1	0.3
>250 mil até 500 mil hab.	35.6	17.0	40.7	6.6	38.1	19.6	35.6	6.6	2.5	2.6	-5.1	0.0
>500 mil até 1 milhão hab.	33.0	17.0	43.6	6.4	34.2	17.6	41.9	6.4	1.1	0.6	-1.7	0.0
acima de 1 milhão hab.	25.4	19.6	48.4	6.5	27.1	23.5	42.6	6.8	1.7	3.9	-5.9	0.3
Total	30.1	17.7	46.1	6.1	32.8	18.1	42.7	6.4	2.7	0.5	-3.5	0.3

FONTE: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Obs: SD=Serviços Distributivos; SE=Serviços às Empresas; SS=Serviços Sociais; SP=Serviços Pessoais.

Tabela 5 – Regiões metropolitanas e demais municípios: estrutura do emprego formal segundo atividades econômicas e participação no total do Brasil

Atividades	Estrutura						Participação no total do Brasil					
	RM			DM			RM			DM		
	1994	2002	2008	1994	2002	2008	1994	2002	2008	1994	2002	2008
Agric., pecuária e silvicultura	1.1	0.9	0.8	9.9	9.0	7.9	17.4	13.0	11.9	82.6	87.0	88.1
Indústria Extrativa	0.3	0.2	0.3	1.0	0.8	0.9	37.7	29.9	31.4	62.3	70.1	68.6
Indústria de Transformação	20.8	15.3	15.1	25.5	21.8	22.3	60.0	51.5	48.9	40.0	48.5	51.1
SIUP	1.4	0.8	0.6	1.3	0.7	0.5	66.2	62.9	62.7	33.8	37.1	37.3
Construção Civil	5.5	4.3	5.3	3.8	3.2	4.2	73.1	66.4	64.3	26.9	33.6	35.7
Serviços Distributivos	20.5	22.1	23.7	20.2	21.8	23.6	65.0	60.4	58.7	35.0	39.6	41.3
Serviços às Empresas	13.8	16.5	17.7	7.0	7.4	6.6	78.4	77.1	79.1	21.6	22.9	20.9
Serviços Sociais	32.3	34.9	31.3	28.4	31.8	30.1	67.7	62.4	59.6	32.3	37.6	40.4
Serviços Pessoais	4.2	5.0	5.2	3.0	3.6	3.8	71.8	67.7	65.9	28.2	32.3	34.1
Total	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	100.0	64.8	60.1	58.6	35.2	39.9	41.4

FONTE: RAIS/MTE. Elaboração própria.

Obs: RM=Regiões Metropolitanas; DM=Demais Municípios.

Observa-se que aumenta a participação dos serviços distributivos (transporte, armazenagem e comércio) em todos, mostrando-se maior no conjunto das cidades médias e menores, enquanto no conjunto das cidades maiores registra-se crescimento relativo proporcionalmente maior dos serviços às empresas (financeiros e profissionais). Esse comportamento parece coerente com o fato de que é nas cidades maiores e regiões metropolitanas que se concentram certas atividades de apoio às empresas que dependem de economias de aglomeração e que só aparecem a partir de determinado porte de município. Por outro lado, o crescimento da participação relativa dos serviços distributivos em cidades médias e menores deriva do fato de que o crescimento da produção aumenta mais imediatamente as atividades de comércio, da mesma forma que o destino dessa produção (grandes centros e

²¹Utilizou a classificação de serviços proposta por Browning e Singelmann (1978).

exterior) exige atividades de transporte e armazenagem para fazer a circulação das mercadorias.

Poder-se-ia imaginar que se estabelece (ou se fortalece), na rede urbana, uma certa divisão funcional do trabalho com os novos locais da produção, respondendo pelo crescimento relativamente maior das atividades necessárias à circulação, enquanto os grandes centros urbanos oferecem às áreas de sua influência e àquelas de mais rápido crescimento determinados serviços – mais especializados –, coerentes com sua mais avançada diversificação econômica e divisão social do trabalho.

Conclusões

A dinâmica territorial brasileira, com a evolução e o crescimento da corrente de comércio internacional do país, especialmente o crescimento das exportações, no período pós-1990, com particular ênfase para o período pós-2002, revela importantes mudanças na realidade regional e urbana. Destacam-se as alterações do padrão de organização espacial do país com maior ligação local-global, definidora de regiões que se beneficiaram da maior internacionalização da economia brasileira.

As novas áreas, para além das regiões metropolitanas e capitais regionais, indicam um caráter mais disperso do processo de acumulação. Também são acompanhadas por uma urbanização também dispersa, que tem relação direta, no período pós-1990 e neste início de século XXI, com o tipo de inserção externa do país: com forte presença de recursos naturais e queda na participação da indústria de transformação. Essa forma de inserção reforçou o processo de desconcentração produtiva regional ao incorporar novas áreas da fronteira agropecuária à acumulação capitalista - especialmente nas regiões Norte e Centro-Oeste e cerrados do Nordeste –, e ao acionar a base mineral localizada fora da maior economia do país: o estado de São Paulo. Não obstante a dupla especialização regressiva relacionada à pauta exportadora e a estrutura produtiva, o fato é que a maior internacionalização da economia brasileira, expressa nos maiores coeficientes de exportação e importação de todas as regiões e unidades federativas, tem gerado efeitos importantes sobre a organização do território brasileiro, conforme demonstrado neste artigo.

Referências

ARAÚJO, T. B. Nordeste, Nordeste: que Nordeste? IN: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. B. (ORG). **A Federação em Perspectiva**. São Paulo: FUNDAP, 1995.

ARAÚJO, T. B. **Ensaio sobre o Desenvolvimento Regional Brasileiro: heranças e urgências**. Rio de Janeiro: Revan, 2000.

BRANDÃO, Carlos A. **Território e Desenvolvimento**. Campinas: Editora da UNICAMP, 2007.

BROWING, H. C., SINGELMANN, J. The transformation of the US labor force: the interaction of industry and occupation. **Politics and Society**. Springfield, v. 8, n 3-4, pp. 481-509, 1978.

BUARQUE, S. C.; LOPES, A. T.; ROSA, T. C. Integração fragmentada e crescimento da fronteira Norte. IN: AFFONSO, R. B. A.; SILVA, P. B. (ORG). **A Federação em Perspectiva**. São Paulo: FUNDAP, 1995.

CANO, Wilson. **Descontração Produtiva Regional do Brasil: 1970-2005**. São Paulo: UNESP, 2008.

CARDOZO, S. A . **Guerra Fiscal no Brasil e alterações nas estruturas produtivas estaduais nos anos 1990**. Tese (Doutorado em Economia Aplicada) – Instituto de Economia. Campinas: Universidade Estadual de Campinas, 2010.

CORREA, R. L. **Organização espacial e região**. São Paulo: Ática, 1986.

DELGADO, A. P.; GODINHO, I. M. Medidas de localização das atividades e de especialização regional. IN: COSTA, J. S. (Coord.) **Compêndios de Economia Regional**, Coimbra (Portugal): APDR, 2^a ed., 2005.

HARVEY, D. **Espaços de Esperança**. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

_____. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2005.

_____. **Neoliberalismo** – história e implicações, São Paulo: Edições Loyola, 2008.

LINS, H. N. Dinâmicas planetárias e efeitos locais: a ótica das cadeias mercantis. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro: 7 Letras, n. 21, pp.83-110, dez.-2007.

MACEDO, F. C. **Inserção externa e território: impactos do comércio exterior na dinâmica regional e urbana do Brasil (1989-2008)**. Campinas: IE-UNICAMP, 2010. (Tese de Livre Docência).